

Ações de sensibilização para a preservação da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte

Denise Marques Bahia

PUCMINAS

dmbahia@uol.com.br , dmbahia@pucminas.br

Tereza Bruzzi de Carvalho

Diretora do Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design Casa do Baile, Fundação Municipal de Cultura, Prefeitura de Belo Horizonte.

Universidade FUMEC – Departamento de Design – FEAFUMEC.

tbuzzi@pbh.gov.br

Este trabalho apresenta e analisa recentes ações de documentação e conservação da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte. Discutindo os fundamentos, os dilemas e apontando possíveis caminhos para a valorização e a preservação do patrimônio moderno, políticas públicas municipais integradas são, nesta perspectiva, também consideradas.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Patrimônio Cultural Moderno - Preservação

Abstract

This article presents and analyses efforts of documentation and conservation of Modern Architecture in Belo Horizonte. Discussing its basis, problems and pointing possible ways in order to value and preserve our modern heritage, integrated public policy is also considered.

Keywords: Modern Architecture; Modern Cultural Heritage - Preservation

Introdução

O modernismo brasileiro assumiu formas estéticas e culturais diversas que o distinguem do universalismo do movimento internacional. Na experiência de Belo Horizonte a arquitetura residencial se notabiliza como espacialidade reveladora das transformações sociais decorrentes da política desenvolvimentista de JK, determinada a inserir a cidade no cenário nacional, marcado pela industrialização e pelo desejo de modernização.

Hoje, a política de proteção dos bens culturais em Belo Horizonte tem como um de seus fundamentos os conjuntos urbanos, que são áreas da cidade definidas com o objetivo de se proteger espaços específicos, denominados espaços polarizadores, onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural.

Soma-se a essa política, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano do Município, apresentando em seu capítulo VI, as ADEs – Áreas de Diretrizes Especiais que

“por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam”.

Este mecanismo irá tratar, no nível espacial, de procedimentos diferenciados relativos ao uso e à ocupação do solo urbano nas áreas identificadas como “especiais”, seja pelo seu caráter ambiental, cultural, econômico, social e físico-paisagístico.

Em Belo Horizonte dois bairros predominantemente residenciais se destacam como conjuntos urbanos representativos do modernismo: Cidade Jardim e São Luiz¹, este último incluindo o Complexo Arquitetônico da Pampulha, com as obras internacionalmente conhecidas de Oscar Niemeyer.

Esses bairros foram inventariados pela Gerência do Patrimônio Histórico Urbano (GEPH)² da Prefeitura de Belo Horizonte, em 2002. O chamado *Inventário da Arquitetura de Belo Horizonte: estudo de dois bairros – São Luiz e Cidade Jardim* utilizou a metodologia desenvolvida na Dissertação de Mestrado³ (Bahia, 1999), a qual analisa e classifica obras a partir de três categorias definidas como modelo primordial, modelo de transição e modelo de consolidação, de acordo com o grau de assimilação das características arquitetônicas tomadas como típicas do modernismo.

O referido Inventário foi realizado com o objetivo de constituir-se em um dos fundamentos para a regulamentação das ADEs já instituídas para as áreas aqui estudadas, Pampulha e Cidade Jardim, ou enquadrá-las nas denominadas ADEs de Referência⁴ propostas na última Conferência de Política Urbana⁵.

¹ Primeira ocupação residencial na região da Pampulha.

² A Gerência de Patrimônio Histórico Urbano está ligada a Secretaria Municipal de Regulação Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, responsável por dar subsídio ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte órgão que delibera sobre as políticas de preservação do município. Desde 1998 vem sendo dirigido pela historiadora Michele Arroyo.

³ Bahia, Denise Marques. O sentido de habitar e as formas de morar: a experiência modernista na arquitetura residencial unifamiliar de Belo Horizonte. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado).

⁴ A criação da “ADE DE REFERÊNCIA”, que se constituiria em diversas manchas pela cidade englobando os **Conjuntos Urbanos Tombados** (de interesse histórico/cultural/paisagístico) e os **Conjuntos Urbanos de Identidade Espacial e Social** (de interesse urbano referencial). A proposta da criação dessa ADE visa ampliar o conceito de cidadania e leva em conta critérios de percepção do espaço urbano como elemento essencial para a afirmação de uma identidade social e como campo de significação dado pelas práticas sociais que nele operam. Estes critérios constituem facilitadores para a interpretação e planejamento da cidade na medida em que consideram os símbolos e elementos da dinâmica urbana.

⁵ A Conferência Municipal de Política Urbana é um fórum popular em que a comunidade (com suas representatividades por região e categoria social) discute questões relevantes para as condições de vida na cidade e propõe alterações na legislação urbanística. Ela acontece quadrienalmente e a última foi realizada no ano de 2002.

Este trabalho apresenta os pressupostos conceituais do *Inventário*, seus desdobramentos como sua versão multimídia, sua apresentação para a comunidade através de uma Exposição e sua contribuição como documentação e fundamentação para definições de ações políticas de preservação da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte.

O Inventário da Arquitetura de Belo Horizonte: estudo de dois bairros – São Luiz e Cidade Jardim

Este Inventário, apresentado na Conferência Internacional de Reabilitação Urbana, no ítem 5: Patrimônio: Preservação e Reabilitação, foi coordenado pela arquiteta Tereza Bruzzi de Carvalho, realizado pela equipe técnica da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, da Secretaria Municipal de Regulação Urbana/PBH, gerenciada por Michelle Arroyo e contou com a participação das arquitetas: Professora Denise Marques Bahia, responsável por toda a criação metodológica aplicada nas edificações e Mônica Rocio Neves, arquiteta restauradora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Na análise das obras inventariadas, classificamos como modelo primordial aquele objeto que reúne características denotativas de uma expressão estética e funcional originária do Modernismo, considerando-se os paradigmas e os sintagmas fundantes desta linguagem. Este modelo é o que mais se aproxima dos tipos, dos conceitos e práticas essencialmente modernistas, à semelhança da Arquitetura Moderna internacional - de Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Alvar Aalto, Mies Van der Rohe – porém adaptados às características e condicionantes locais.



Figura 1: Fotografia da fachada e planta aprovada na PBH da edificação localizada à Avenida do Contorno, 7871, Cidade Jardim, arquiteto: Sylvio de Vasconcellos.

Os objetos classificados como modelo de transição são aqueles cuja arquitetura revela um certo conflito: a uma ação relativa à assimilação do Modernismo, soma-se uma reação tradicionalista, ligada às arquiteturas pré-modernas. Princípios modernistas de espacialização e elementos sintagmáticos próprios desta linguagem coexistem com

aspectos da herança tradicional presentes no partido, na setorização, ou na solução de cobertura.



Figura 2: Fotografia da fachada e planta aprovada na PBH da edificação localizada à Alameda das Acácias, 447, Pampulha.

Os objetos classificados como modelo de consolidação são aqueles caracterizados pela assimilação da linguagem modernista, porém adaptada a realidades distintas daquela em que se inserem os modelos anteriores. Ocorrem, neste caso, adaptações a menores escalas, muitas vezes em decorrência das menores dimensões dos lotes, próprias dos condicionantes legais relativos ao uso e ocupação do solo do bairro em que se localizam. Há neste modelo uma simplificação do discurso modernista que chega às vezes à banalização, expressa em “colagens” de unidades sintagmáticas, e num formalismo distanciado dos princípios originários modernistas, segundo os quais há uma coerência, uma unidade entre linguagem estrutural e arquitetônica, uma espacialização exteriorizada na forma. O modelo de consolidação revela o caráter emblemático adquirido pelo Modernismo, sua significação de status que desperta o desejo de pertencimento a certo grupo social, através da exteriorização de seus códigos, de seus elementos simbólicos no objeto arquitetônico. Este modelo representa o desejo de ser moderno e assim afirmar-se socialmente. Neste sentido, o aspecto que mais o distingue dos demais modelos é o formalismo, o caráter cenográfico, a desvinculação do exterior com o interior.

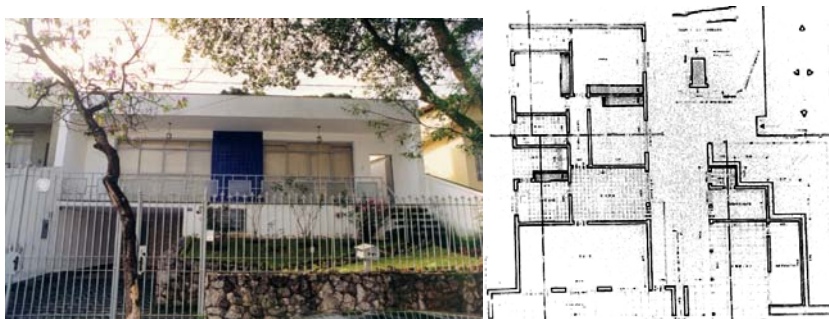


Figura 3: Fotografia da fachada e planta aprovada na PBH da edificação localizada à Avenida Coronel Dias Bicalho, 892, Pampulha.

A casa moderna, nesta perspectiva, materializa o ethos, no sentido de morada, mas também de novos costumes e formas de sociabilidade, novas práticas culturais e, neste processo, vai consolidando sua natureza ambígua que soma tradição e inovação numa linguagem arquitetônica peculiar.

Os bairros Cidade Jardim e São Luiz: patrimônio histórico e urbano

Segundo o *Inventário da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte*, nitidamente inspirados nos subúrbios-jardim norte-americanos, que na primeira metade do século XX influenciaram várias propostas urbanísticas no Brasil e no mundo, e tendo surgido em condições políticas, sociais, econômicas e culturais específicas, vinculadas à modernização e crescimento local e nacional, o bairro Cidade Jardim e, em período posterior, o São Luiz (Pampulha), tornaram-se valiosos acervos da arquitetura residencial moderna em Belo Horizonte.

Enfatizando a questão estética na articulação do desenho urbano, esses bairros configuraram também uma nova tipologia formal urbana, onde se destacam o uso de vegetação e uma nova relação do edifício com o lote: os passeios são gramados e arborizados, dando seqüência aos jardins - entremeados por piscinas e quadras - que cercam e interagem com as casas soltas no terreno.

Desta forma, Cidade Jardim e São Luiz (Pampulha) estabeleceram, com sua arquitetura moderna e seu tratamento paisagístico dos vazios urbanos, um novo padrão de morar em Belo Horizonte.

De fato, na década de 1940 a linguagem modernista, principalmente aquela de traços racionalistas de sintaxe corbusiana, começa a se manifestar em Belo Horizonte. Para Sylvio de Vasconcellos, a Pampulha, marco inicial dessa nova arquitetura, introduzira na cidade o hábito do esporte, da vida ao ar livre, a comunicabilidade entre estranhos, ou seja, a experiência de uso de espaços coletivos públicos e de novas formas de sociabilidade. Esta mudança de hábitos e costumes influenciariam de modo significativo, na visão do autor, a arquitetura da casa belo-horizontina.

Uma significativa mudança ocorre na espacialização da casa, em decorrência da conjugação da sala de estar com a de jantar, gerando fluidez espacial e “criando ambientes mais amplos, onde de fato a família se demora, abandonando a cozinha e os quartos. [...] Já

se recebem mais estranhos, e a casa não é mais o refúgio ou o esconderijo que resguarde as aparências.”⁶

Os jardins de composição livre ganham notoriedade e, em muitos casos, integram-se às salas de estar. Como um jardim de caráter íntimo e mais preservado surge novamente “o pátio de tradição mourisca, presente também na arquitetura colonial”. As casas recuam-se mais da via pública, com jardins de pelo menos dez metros de profundidade. Os quintais, agora cimentados ou ladrilhados, perdem sua função anterior, transformando-se em espaços de brincar, lavar roupa, de jogos ou piscina. O setor de serviço, antes uma edícula destacada da casa, localizada nos fundos, incorpora-se a esta e é melhorado qualitativamente. As garagens passam a ser necessárias não só como abrigos dos automóveis, mas também, eventualmente como varandas. Os quartos aumentam de tamanho e surge uma nova categoria de espaço: a suíte do casal. As janelas passam a ser de correr (preferencialmente às de abrir), de vidro, com venezianas; as plantas tendem a ser compostas de formas retangulares, sendo possível o uso de coberturas em terraços impermeabilizados de uma só água; os interiores são fartamente iluminados e as cores vivas e contrastantes substituem a discrição dos tons cremes ou rosados.

Como bem observa Sylvio de Vasconcellos, com estas categorias, com a ordenação e setorização do espaço doméstico que ganha zonas públicas, sociais, surge o chamado quarto de costura, destinado a “ocultar a bagunça” e abrigar os guardados. Esta categoria de espaço marca uma transição e é reveladora do conflito entre os velhos hábitos, vestígios do passado que permanecem, e a nova forma de morar, o novo habitar modernista.

Considerando as dimensões fenomenológicas e antropológicas do habitar e o modernismo como linguagem – um sistema normativo de elementos sintagmáticos que recombina no conjunto configuram novos paradigmas – podemos afirmar que a casa modernista registra o movimento pendular entre internacionalismo e nacionalismo, universalismo e regionalismo, modernidade e tradição que marcou o movimento moderno no Brasil desde seus primórdios, nas décadas de 20 e 30, em São Paulo, com as casas projetadas por Gregori Warchavchik.

Esse conflito se fez notar em algumas entrevistas realizadas com usuários de residências pesquisadas. No cenário moderno de amplos espaços integrados no setor social, a presença de mobiliários tradicionais, ambientes criados por decoradores em estilo clássico francês com lustres, cortinas, estofamentos de veludo ou móveis coloniais trazidos das fazendas no interior. O desejo de ser moderno, ligado ao caráter emblemático de status adquirido pelo movimento, soma-se a certa recusa ao “novo estilo” e à necessidade de deixar permanecer a tradição,

⁶ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Noções sobre arquitetura*. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1963.

postura muitas vezes socialmente aceita como correta do ponto de vista moral, segundo as mentalidades mais conservadoras. “Apesar de ser moderna, era uma casa muito agradável...” relata uma ex-moradora em tom de lamento.

Em termos gerais, a versatilidade do uso do espaço, a fluidez, a linguagem arquitetônica e estrutural conferindo unidade e expressão ao objeto, característica que denota a superação do dualismo que marcou o século XIX, os princípios de simultaneidade e a idéia de movimento - aspectos decorrentes da influência das pinturas cubista e futurista⁷ – associados ao jogo compositivo de superfícies e planos curvos e à integração de espaços interiores e exteriores, com o uso de painéis de vidro e com a construção de jardins e pátios internos, são temas que constituem a poética modernista que se manifesta nas casas dos bairros Cidade Jardim e São Luiz (Pampulha).

O Inventário e sua versão multimídia: a multimídia como ferramenta interativa de documentação e manipulação de base de dados sobre a Arquitetura Moderna

A criação do *Inventário Multimídia* surgiu de uma demanda por parte do Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design Casa do Baile que, de acordo com a política de democratização do acesso às informações relativas às ações de preservação do patrimônio cultural da Prefeitura de Belo Horizonte, deveria divulgar, apresentar à comunidade o Inventário realizado pela GEPH.

Nesta perspectiva, as diretrizes projetuais da Multimídia foram definidas mediante a necessidade de atender tanto a especialistas, pesquisadores quanto a leigos. Em princípio a tarefa principal da Multimídia⁸, elaborada pelo *Lagear – Laboratório Gráfico para o Ensino da Arquitetura da Escola de Arquitetura da UFMG*, sob coordenação do prof. Eduardo Mascarenhas Santos - foi romper a aridez típica dos inventários e suas fichas técnicas e apresentar os dados de maneira interativa, como num jogo, abordagem já trabalhada em pesquisas anteriores realizadas no Laboratório pelo prof. José dos Santos Cabral Filho. Foi criada então uma interface composta de quatro níveis que permite ao usuário ter acesso aos dados por caminhos diferenciados. A ferramenta se mostrou extremamente eficiente, considerando seus objetivos de interatividade e facilidade de navegação.

⁷ GIDEON, Siegfried. *Espacio, tiempo y arquitectura*. Madri: Editorial Dossat, 1982, parte VI.

⁸ Ver Santos, Eduardo Macarenhas, Bahia Denise Marques et ali. *Inventário Multimídia da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte: novas formas de representação e manipulação de base dados documentais sobre a arquitetura moderna*. Anais do Congresso Iberoamericano de Grafica Digital Sigradi 2004.

Utilizando o *software Macromedia Flash*, a interface criada permite que usuários leigos acessem e manipulem a informação, de maneira intuitiva e instigante, sem contudo comprometer a flexibilidade e capacidade necessárias para a consulta por especialistas e pesquisadores.

Conforme já descrito anteriormente, foram levantadas cerca de 100 casas e classificadas segundo modelos distintos - definidos como primordial, de transição e de consolidação - cujas características arquitetônicas revelam maior ou menor grau de assimilação do discurso modernista e do aprimoramento das técnicas construtivas.

A interface desenvolvida para o inventário representa as residências de duas maneiras: uma a partir de sua localização no mapa do bairro e outra a partir da imagem da área ocupada em projeção horizontal (implantação), tomada como ícone representativo da casa.

Na primeira forma de visualização, o pesquisador ou o leigo poderá visualizar no mapa, de forma destacada, as casas inventariadas, os terrenos, sistema viário e vizinhança. Na segunda forma de visualização, os ícones são dispostos sobre uma grade, formando uma representação gráfica que, apesar de se afastar da representação convencional, se mostra mais adequada para a exibição e manipulação dos dados contidos no inventário (classificação da residência, arquiteto, ano de construção, endereço, etc). Esta forma de visualização permite acesso fácil aos dados e a exibição dos ícones, de acordo com os dados escolhidos no menu. Uma vez filtrados pelos critérios escolhidos, os ícones permitem que o usuário tenha uma noção de quantidade e proporção de residências pertencentes às categorias selecionadas. Poder-se-ia dizer que esta representação é mais adequada para exibir a organização do banco de dados (virtual) e que a primeira forma de representação, através do mapa, é mais adequada para exibir os dados, de acordo com uma representação cognitiva mais tradicional da arquitetura - em planta (derivada da realidade física).



Figura 4: Telas do Inventário Multimídia com o seguinte conteúdo:

- A: Grade com ícones das casas e menu móvel (ícones brancos identificam as casas do bairro São Luís e ícones pretos identificam as casas do bairro Cidade Jardim);
- B: Menu móvel com o modelo de transição selecionado; na grade, os ícones/ casas correspondentes são exibidos;
- C: Casa situada na Alameda das Falcatas selecionada com a passagem do mouse sobre o ícone que a representa; com esta ação, o ícone é ampliado e seu endereço aparece à direita na tela;
- D: Com o clique do mouse sobre o ícone ampliado a foto da residência é exibida; o menu torna-se uma legenda com dados sobre a casa; o ícone que representa sua implantação permanece ampliado enquanto o mouse estiver sobre ele ;
- E: O ícone da casa pode ser reduzido com a retirada do mouse e o menu pode ser arrastado para outra posição na tela;
- F: Casa situada à Rua Sinval de Sá é selecionada na grade;
- G: Sua imagem é exibida após clique do mouse sobre o ícone;
- H: Visualização e seleção das casas através do mapa do bairro Cidade Jardim que pode ser ampliado; as casas pertencentes ao inventário estão destacadas e podem ser selecionadas.
- I: Diagrama esquemático exibindo os diversos *layers* da interface do Multimídia.

A Exposição: A Arquitetura Moderna de Belo Horizonte: costumes, design e ambiente urbano

Para apresentar à comunidade o *Inventário Multimídia da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte: São Luiz (Pampulha) e Cidade Jardim* - identificando e analisando obras representativas desse movimento na cidade – foi realizada de julho a outubro de 2004, na Casa do Baile, uma exposição que recriou esse tempo, a partir da ligação entre a vida cotidiana e o imaginário, entre os costumes da época e a estética, entendida como desejo comunitário, emoção e vibração comum (Maffesolli, 1995)⁹, entre o real e sua representação, expressos nas artes, na arquitetura, na moda, no design, no ambiente urbano.

A coleta dos objetos expostos foi feita no Museu Histórico Abílio Barreto e também nas casas de moradores da cidade, alguns deles das casas inventariadas. Peças significativas de mobiliário de autoria de Lucio Costa, Joaquim Tenreiro, John Graz, Sérgio Rodrigues, entre outros; fotos de cenas urbanas, de festas na Casa do Baile, objetos utilitários que se tornaram ícones dos anos 40 e 50, vestidos de Alceu Penna, revistas, livros, tv, rádio, telefone, luminárias, carros, uma verdadeira arqueologia do design da época remontava ao imaginário moderno, criando uma relação de identificação e afetividade que desperta a consciência do valor deste tempo na cidade e na formação da nossa identidade. Pela memória afetiva, o patrimônio se desvela e ganha, no presente, um novo significado que o reatualiza e reafirma sua dimensão cultural.



Figura 5: Exposição O Modernismo em Belo Horizonte: costumes, design e ambiente urbano; Casa do Baile, 2004.

⁹ MAFFESOLLI, Michel. A Contemplação do mundo. Porto Alegre, Artes e Ofícios Ed., 1995.

O desafio da preservação: o valor público de bens privados

Quando tratamos de patrimônio histórico e cultural, deparamo-nos com a questão da fronteira entre as esferas pública e privada e os consequentes conflitos de interesse.

Na sociedade moderna, assistimos a um declínio do sentido ético de urbanidade, da cidade como espaço coletivo e a uma ascensão do individualismo que segrega, nega o encontro com o estranho, fragmenta o espaço urbano em bolhas de privacidade que transformam em resíduo as lacunas intersticiais e as relações comunitárias.

Costuma-se imputar somente ao poder público a responsabilidade pela preservação do patrimônio coletivo, quando as ações deveriam partir de um desejo compartilhado e de políticas que integrassem todos os atores sociais: Estado, sociedade civil, empresas privadas.

A quem interessa, portanto, nessa sociedade individualista, conservar edifícios que, isolados ou agrupados, constituem um importante legado, um bem de importância pública, coletiva para o tempo presente e para o futuro da cidade?

O reconhecimento do nosso patrimônio como tal depende de valores que precisam ser recuperados, num tempo em que o ser humano vai se deixando dominar pelos poderes do capital, do lucro, das frivolidades, das conquistas individuais num mundo virtualizado pelo apelo ao consumo instantâneo desenfreado.

Ética, cidadania, sentido de coletividade, de permanência, de pertencimento a uma comunidade com suas práticas sociais específicas, sua memória e identidade construídas pelas mãos de muitos, em tempos distintos, são valores fundamentais que devem orientar as ações de preservação do patrimônio histórico e cultural. Tais ações devem, no entanto, se realizar mediante políticas públicas que incluam as comunidades nas decisões e no planejamento urbano que determinarão o futuro de nossas cidades.

No caso da proteção de bens privados de importância pública, de interesse coletivo, há que se criar mecanismos legais que garantam a divisão equilibrada do ônus da preservação entre Estado e indivíduo. Adquirir ou manter um bem tombado deve ser um investimento lucrativo na ótica do empreendedor ou compensador para quem o habita, já que o sentido ético não é suficiente e o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso na dinâmica de crescimento urbano.

Quais seriam esses mecanismos e como viabilizá-los?

Essa pergunta passa obrigatoriamente por uma reavaliação dos instrumentos disponíveis, como o tombamento, insenção do Imposto Territorial Urbano (IPTU) e Transferência do Direito de Construir (TDC), na medida em que não se tem visto efetiva preservação do patrimônio

histórico. Soma-se a isto, a tímida e lenta ação do poder público frente aos interesses privados que, pelo contrário, são ágeis e afoitos.

Entende-se que as ADE'S instrumento previsto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, é uma possibilidade de integração dos instrumentos. No entanto a ação pública, encontra dificuldades na lentidão de sua ação e na dificuldade da constante reavaliação e readequação de seus instrumentos, que necessitam de serem inovadores e testados para que ambas as visões sejam incorporadas (esfera pública e privada).

Hoje assistimos lamentavelmente à descaracterização de bens no bairro Cidade Jardim que torna-se objeto de conflito entre aqueles moradores que defendem sua preservação, inclusive do uso estritamente residencial, e aqueles para quem os bens não têm valor afetivo ou histórico, mas valor de mercado, de troca, o que permitiria o uso comercial ou até mesmo a demolição sumária. O processo de descaracterização vai se desenvolvendo muito mais rapidamente que as decisões políticas ligadas ao planejamento urbano.



Figura 6: Edificação localizada à Rua Sinval de Sá, 422, Cidade Jardim.

Data: 31/05/2005

Referências Bibliográficas

BAHIA, Denise Marques. O sentido de habitar e as formas de morar: a experiência modernista na arquitetura residencial unifamiliar de Belo Horizonte. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado).

GIDEON, Siegfried. Espacio, tiempo y arquitectura. Madri: Editorial Dossat, 1982, parte VI.

Inventário Multimídia da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte. Casa do Baile, Prefeitura de Belo Horizonte, 2004. Autores: Eduardo Mascarenhas Santos; Denise Marques Bahia; Marina Valle Noronha; Pedro Cardoso Octaviano de Alvarenga. Colaboração: Tereza Bruzzi. Disponível em <<http://www.pbh.gov.br/casadobaile>

MAFFESOLLI, Michel. A Contemplação do mundo. Porto Alegre, Artes e Ofícios Ed., 1995.

SANTOS, Eduardo Mascarenhas, BAHIA Denise Marques et ali. Inventário Multimídia da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte: novas formas de representação e manipulação de base dados documentais sobre a arquitetura moderna. Anais do Congresso Iberoamericano de Grafica Digital Sigradi 2004.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Noções sobre arquitetura. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1963.